

# MUNICÍPIO DE CONTENDA

## ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO FASE PROPOSTA DE PREÇO – ENVOLPE Nº 02

REFERÊNCIA CONCORRÊNCIA Nº 006/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2019

**OBJETO:** Contratação de empresa prestadora de serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares compactáveis, gerados nos domicílios e resíduos sólidos com características domiciliares gerados nos estabelecimentos comerciais, industriais e estabelecimentos públicos da área urbana do município. A quantidade estimada é de até 200 toneladas/mês, cumprindo roteiros pré-estabelecidos através de guarnição composta de motorista, coletores de lixo e de veículos equipados com caçambas compactadores de lixo de carregamento traseiro, para descarga em Área determinada por esta municipalidade, podendo ser Centro de Triagem licenciado ou diretamente no Aterro Sanitário Licenciado, com locação de Containers, nos termos estabelecidos neste Edital e seus anexos

#### RECORRENTES:

- **ADRELOY CONSTRUTORA E SERVIÇOS-EIRELI-ME**, CNPJ Nº 29.431.065/0001-73, protocolo nº 576 do dia 07/10/2019.

- **JJ TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA - ME**, CNPJ 16.584.481/0001-60, protocolo nº 580 do dia 09/10/2019.

#### **I – DAS PRELIMINARES**

As empresas acima denominadas como recorrentes, já qualificadas nos autos do processo licitatório na modalidade Concorrência nº 006/2019, através de seus Representantes legais, devidamente constituídos, interpõem RECURSO ADMINISTRATIVO diante do julgamento oferecido pela Comissão Permanente de Licitação na fase da abertura de ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇO.

Os RECURSOS foram recebidos com efeito suspensivo pela Comissão Permanente de Licitação, eis que interpostas tempestivamente e atendidos os pressupostos de admissibilidade, respondendo ao que foi apresentado, e ao final julgá-la.

Foram intimados através de comunicado os demais participantes no certame para na forma do § 3º, do artigo 109, da Lei nº 8666/93, concedendo-se prazo legal, caso houvesse interesse, para impugnação, estando o processo a disposição no Departamento de Licitações do Município.

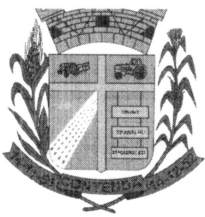
Decorrido o prazo para contrarrazões, transcorreu *in albis* as manifestações.

Diante do exposto a Comissão Permanente de Licitação passa a analisar o feito.

#### **II – SÍNTESE DAS RAZÕES DAS RECORRENTES**

Em síntese, passa-se a descrever as RAZÕES DE RECURSO apresentados pelas empresas recorrentes:

**1 -** Recurso apresentado pela empresa **ADRELOY CONSTRUTORA E SERVIÇOS-EIRELI-ME**, CNPJ Nº 29.431.065/0001-73, protocolo nº 576 do dia 07/10/2019 quanto o julgamento realizada pela Comissão Permanente de Licitação referente o enquadramento como Empresa de Pequeno Porte da empresa vencedora da melhor proposta **TRANSÓLIDO TRANSPORTES DE RESÍDUOS EIRELI – EPP** e a não aplicação do benefício da Lei Complementar 123/2006 a empresa recorrente.



# MUNICÍPIO DE CONTENDA

## ESTADO DO PARANÁ

ILMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO  
MUNICÍPIO DE CONTENDA - PR

Concorrência n.º 006/2019

Processo Administrativo n.º 075/2019

546  
10-9  
10-9

**ADRELOY CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 29.431.065/0001-73, com sede na Rua Tibagi, n.º 575, Centro, Curitiba/PR, representada neste ato por seu procurador, Luiz Eloy de Souza, inscrito no CPF/MF sob o n.º 664.006.35-04, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 109, I, b) da Lei n.º 8.666/93, interpor

### RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação na Concorrência Pública n.º 006/2019, aberta pela Secretaria Municipal de Indústria, Agropecuária e Meio Ambiente, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

#### I - DOS FATOS OCORRIDOS

Com fundamento nas disposições contidas na Lei n.º 8.666/93 e demais alterações introduzidas pela Lei n.º 8883/94, a Secretaria Municipal de Indústria, Agropecuária e Meio Ambiente do Município de Contenda/PR, abriu procedimento licitatório na modalidade Concorrência Pública, da tipo menor preço global, para a

#### II - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Conforme acima já asseverado, após a abertura dos envelopes das propostas, tendo sido revelado o valor das propostas habilitadas, a empresa recorrente manifestou sua intenção de cobrir a proposta da empresa TRANSÓLIDO TRANSPORTES DE RESÍDUOS EIRELI - EPP, a qual apresentou o menor valor.

No entanto, a Comissão de Licitação indefiniu o pedido sob a alegação de que ambas as empresas gozariam dos mesmos benefícios da LC n.º 123/2006, posto serem microempresa e empresa de pequeno porte.

Ocorre que a empresa TRANSÓLIDO, declarada vencedora, não se enquadra mais como EPP, uma vez que seu faturamento anual superou o valor de R\$ 4.800.000,00 anual, tendo sido inclusive excluída do SIMPLES Federal, conforme atestam os documentos em anexo.

Tal fato foi informado à Comissão Permanente no momento da oferta de cobertura do valor da proposta apresentada pela empresa TRANSÓLIDO, não tendo sido levado em consideração pela Comissão Permanente, presumindo-se que a empresa declarada vencedora seria EPP pelo simples fato de constar tal sigla em sua razão social. No enquadramento junto à Certidão Simplificada da Junta Comercial do Paraná.

No entanto, a documentação anexa comprova de maneira inequívoca que a empresa TRANSÓLIDO deixou de apresentar os requisitos para ser considerada empresa de pequeno porte, tendo sido excluída do SIMPLES exatamente por não se enquadrar mais neste conceito.

contratação de empresa prestadora de serviço de coleta de resíduos sólidos com características domiciliares.

No dia 02/ 03/2019, data designada para abertura do Envelope n.º 2 - Proposta de Preços das empresas habilitadas, sendo estas: ADRELOY, TRANSRESÍDUOS AMBIENTAL, TRANSÓLIDOS e TRANSPORTES.

Após a abertura dos envelopes, procedeu-se à leitura dos valores das propostas com o preço global de validade da proposta tendo sido consideradas válidas as seguintes propostas:

TRANSÓLIDO TRANSPORTES DE RESÍDUOS EIRELI - EPP - R\$ 472.740,00  
ADRELOY CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI - ME - R\$ 505.248,00  
C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONS. E TRANSP. EIRELI - R\$ 521.088,00  
KUBERCA AMBIENTAL S/A - R\$ 586.800,00  
INOVA AMBIENTAL TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA - R\$ 539.658,48  
TRANSRESÍDUOS AMBIENTAL S/A - R\$ 635.533,44

Assim, foi declarada vencedora a empresa TRANSÓLIDO TRANSPORTES DE RESÍDUOS EIRELI - EPP, com a proposta no valor global de R\$ 472.740,00, com validade de 60 (sessenta) dias.

Ocorre que a empresa recorrente, após a abertura dos envelopes com as propostas, utilizando-se das regras dispostas no item 3.2.4.4 da Edital, declarou que cobria a proposta da empresa TRANSÓLIDO, posto ter direito de usufruir dos benefícios dispostos no art. 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

No entanto, a pretensão da empresa recorrente não foi aceita pela Comissão Permanente, tendo negado a recorrente o direito previsto no art. 44 da LC n.º 123/2006, razão pela qual interpus o presente recurso.

As normas legais preveem que, ocorrendo o empate, nos termos dos art.44 e 45 da LC 123/06 (proposta apresentada até 10% superior à melhor oferta), é direito subjetivo da microempresa apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora e, assim, ter adjudicado em seu favor o objeto licitado.

Transcrevem-se a seguir os arts. 44 e 45 da LC n.º 123/2006:

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

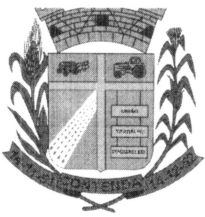
§ 1º Entende-se por empate, aqueles situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de preço, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada pode apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora na certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

De acordo com o disposto no §1º do art. 44 da LC n.º 123/2006 acima transcrito, constata-se que houve empate entre a proposta da empresa mais bem classificada, no caso a TRANSÓLIDO e a proposta da empresa recorrente, uma vez que a proposta desta, no valor de R\$ 505.248,00 não era superior em mais de 10% do valor da proposta da empresa TRANSÓLIDO, que foi de R\$ 472.740,00.



# MUNICÍPIO DE CONTENDA

## ESTADO DO PARANÁ

Atado o próprio Edital, em seu item 8.5 assim dispõe:

8.5. Havendo Empresas de Pequeno Porte e Microempresas, serão observados os artigos 44, § 1º, e 45, da Lei Complementar 123/2006, devendo a empresa apresentar sua proposta inferior à da empresa vencedora na reunião de abertura do Envelope nº "02", logo a seguir que a comissão tenha encontrado o menor preço, desde que não tenha sido este preço apresentado por outra ME ou EPP, bem como a proposta da vencedora no caso de média e grande empresa não seja superior a 10% a proposta original da ME ou EPP, na forma da lei retro citada.

Assim, a Comissão de Licitação se equivocou ao negar a direito a empresa recorrente de apresentar proposta no mesmo valor da empresa declarada vencedora, uma vez que esta última deixou de se enquadrar como Empresa de Pequeno Porte, impondo-se a inaplicabilidade do disposto no §1º do art. 44 da LC nº 123/2006 e do item 8.5 do Edital.

Segue entendimento do Tribunal de Justiça do Paraná sobre a matéria:

1) DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO. MICROEMPRESA LICITANTE. EMPATE FICTO (ART. 44 E 45 LC 123/06) ENTRE DUAS CONCORRENTES HABILITADAS. DIREITO SUBJETIVO A OFERTA DE LANCE VERBAL. Ocorrendo o empate ficto nos termos dos art.44 e 45 da LC 123/06 (proposta apresentada até 5% superior à menor oferta), é direito subjetivo da microempresa apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora e assim, ter adjudicado em seu favor o objeto licitado. b) A verificação da ocorrência de empate ficto deve considerar as propostas "regulares", isto é, de licitantes que podem, efetivamente, ter o objeto do contrato

adjudicado para si, com relevância, portanto, somente após o julgamento dos recursos eventualmente interpostos contra seus credenciamentos ou habilitações. c) A exclusão definitiva do 2º do 2º licitante, por força do acolhimento de recurso implica na desconsideração, para quaisquer fins, dos lances por eles ofertados, não havendo que se falar em preclusão da fase de lances verbais para superação de empate ficto só porque, antes da exclusão dos "regulares", não se configuraram as hipóteses. 2) AGRADO A QUE SE DA PROVIMENTO. (TJPR - 5ª Cível - AI - 1210952-3 - Cerra Azul - Pe.) Desembargador Teófilo Cunha - Unânime - 21.10.2014)

### III - DOS PEDIDOS

Isto posto, a Recorrente pugna que as razões ora invocadas sejam analisadas e acolhidas, e ao final, seja dada **providência ao recurso para o fim de declarar a Recorrente vencedora da Concorrência nº 006/2019** desta Secretaria Municipal, dando-se aplicabilidade ao disposto no art. 44, §1º da LC nº 123/2006 e no item 8.5 do Edital.

Pede Determinação.

Curitiba, 07 de outubro de 2019.

ADRELOY Construtora e Serviços - EIRELI ME

LUIZ ELOY DE SOUZA  
PROCURADOR  
RG Nº 3.989.746-3/PR  
CPF Nº 664.905.319-04

## 2 - Recurso apresentado pela empresa - JJ TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA - ME, CNPJ 16.584.481/0001-60, protocolo nº 580 do dia 09/10/2019 quanto o valor ofertado pela empresa TRANSÓLIDO TRANSPORTES DE RESÍDUOS EIRELI-EPP, CNPJ Nº 01.240.760/0001-39:

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA/PR.

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2019

580  
09/10/19  
apresentado

### JJ TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA - ME

pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 16.584.481/0001-60, com sede à Rodovia Anibal Khoury, número 101, Bugre, na cidade de Balsa Nova, estado do Paraná, através de advogado que a esta subscrive (procuração anexa), Sr. GELSON LUIZ MEZZOMO, Inscrição na OAB-PR sob o nº 76.119, com endereço profissional à Rua Bruno Pilato dos Santos, 131, Fazenda Velha, Araucária - Paraná, onde recebe intimações e notificações, (procuração juntada no processo de licitação) comparece com o devido respeito à presença de V.S., com fulcro no que estabelece o artigo 109 da Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, tempestivamente interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** relativo a fase de proposta de preços, na forma como segue:

#### 1. DA TEMPESTIVIDADE

O Presente recurso mostra-se tempestivo, posto que, a sessão de abertura dos envelopes de proposta das licitantes ocorreu no dia 02/10/2019 e, considerando que o artigo 109, I da lei de regência, estabelece o prazo de 05 dias úteis para a sua interposição, o termo final do prazo legal é o dia 09/10/2019, razão pela qual deve ser conhecido.

#### 2. DA FASE DE PROPOSTA

Antes de adentrar a questão objeto do presente recurso, impende destacar que a empresa recorrente, foi declarada inabilitada, mediante fundamentação equivocada, de extremo rigor e ao arripio da lei e do edital de licitação, razão pela qual, a recorrente ajuizou demanda judicial que tramita na Vara da Fazenda Pública da LAPA/PR e Agravado de Instrumento junto ao Tribunal de Justiça do Paraná.

Iniciamos nossa petição fazendo esta pequena ressalva, para demonstrar que a Douta Comissão de Licitação de Contenda, a nosso sentir, s.m.j., está adotando critérios diversos em suas decisões, ao passo que, para inabilitar a recorrente na fase de habilitação, valeu-se de regra inexistente no edital e agora, na fase de proposta de preços aceita proposta que não atende ao edital e que mostra-se manifestamente inexequível, serão vejamos:

O edital de licitação estabelece como preço máximo para esta licitação o montante de R\$ 702.712,08 (setecentos e dois mil, setecentos e doze reais e oito centavos), o menor preço apresentado pelas licitantes consideradas habilitadas, foi de R\$ 472.740,00 (quatrocentos e setenta e dois mil, setecentos e quarenta reais), valor que corresponde a apenas 67,27% (sessenta e sete, virgula vinte e sete por cento) do valor orçado pela administração.

Analisando o que estabelece o artigo 48 da lei de regência (8.666/93), vemos que a proposta que apresentar valor **inferior** a 70% (setenta por cento) do valor orçado pelo órgão licitante, DEVERÁ TER SUA PROPOSTA DESCLASSIFICADA., vejamos:

#### Art. 48. Serão desclassificadas:

- I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;
- II - as propostas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis. (Revogado)
- III - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

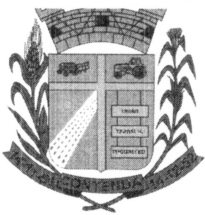
b) valor orçado pela administração, (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

Percebe-se sem maior esforço, que a administração deve, obrigatoriamente, desclassificar a proposta que se mostrar inexequível, como no presente caso onde, notadamente o preço apresentado pela empresa

Página 1 de 1

Página 1

Página 2



MUNICÍPIO DE CONTENDA  
ESTADO DO PARANÁ

classificada em primeiro lugar, não é suficiente pra fazer frente às despesas inerentes ao objeto da licitação, com vistas a garantir para a administração o mínimo de segurança na contratação, ressaltando que o ente licitante que passará a ser o tomador dos serviços, responde de maneira subsidiária pelas obrigações não cumpridas pela empresa contratada.

Por ser obrigada a preservar e proteger o interesse público, e que a administração, deve, obrigatoriamente se cercar do mínimo de garantia de que o serviços serão executados adequadamente e que as obrigações da empresa serão adimplidas, posto que se trata de dinheiro público que está sendo investido.

Inobstante a situação acima, num primeiro momento verifica-se que a administração até se preocupou em buscar esta segurança, quando inseriu no edital item 6.2, "g)", ainda que de maneira confusa, regra que obriga as licitantes a apresentar junto a proposta de preços, a planilha detalhada dos itens que compõe seu preço, única forma de verificar com relativa certeza, que o preço apresentado contempla todas as exigências da lei, atinentes aquela contratação e igualmente possibilita apurar se a regra do artigo 48 da lei de licitações está sendo observada, ou seja, permite aferir a exequibilidade do preço ofertado.

Contudo, até o presente momento, e levando em conta o pedido que formulamos à CPL e os documentos que ela nos disponibilizou, estas planilhas não foram apresentadas pela empresa que apresentou o menor preço. Ou seja, como a administração vai fazer a verificação exigida pelo artigo 48 da lei de licitações?

Vale ressaltar que esta regra tem força cogente, ou seja, não se trata de uma faculdade da administração, mas sim de uma obrigação decorrente de lei, ou seja, a administração DEVE desclassificar a empresa que não atender ao que estabelece o artigo 48. Dai perguntamos, no presente caso, como a administração vai aferir o cumprimento desta obrigação se a empresa não apresentou a planilha detalhada? Como saber se o valor apresentado realmente é suficiente para fazer frente a todas as obrigações da empresa? Ou a administração vai contratar a empresa sem fazer esta verificação e caso venha a ter problemas no futuro e seja compelida a fazer os pagamentos por força da subsidiariedade, o faça em evidente prejuízo ao erário?

São perguntas que a administração precisa fazer antes de encerrar a licitação e formalizar a contratação, porém, como fazê-lo se não exige os documentos mínimos necessários para esta conferência? Vai assumir o risco de uma contratação duvidosa e de uma possível inexecução contratual?

Ante o exposto, requer-se que o edital seja seguido integralmente, até porque, repise-se por necessário, na fase de habilitação a CPL agiu com extremo rigor aplicando regra que sequer existia no edital, sendo assim, que valha-se do mesmo rigor e exija apenas o que está no edital e o que está previsto em lei para garantir a segurança necessária para a contratação vindoura.

Diante de todo o exposto, ante a não apresentação de planilha detalhada (descumprimento do edital item 6.2. "g)") e a não observância do que estabelece o artigo 48 da lei de regência, e ainda, dada a evidente inexequibilidade do preço apresentado, requer-se seja desclassificada a proposta da empresa TRANSÓLIDO TRANSPORTE DE RESÍDUOS EIRELI EPP.

Sucessivamente, seja franqueado o presente recurso à empresa em questão para que, caso queira, se manifeste em contrarrazões nos termos da lei de regência;

Posteriormente se manifeste a CPL nos termos da lei, e em caso de indeferimento submeta-o à autoridade superior nos termos do artigo 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93.

Nestes Termos  
Pede Deferimento.

Araucária, 09 de outubro de 2019.

GELSON LUIZ MEZZOMO  
OAB/PR - 76.119  
16.584.481/0001-60  
JJ TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA-ME  
R. DOMA ANIBAL KHOURY Nº 101  
FSC COM DOM PEDRO II RINCÃO  
BUGRE - CEF 83.660-000  
BALSA NOVA 20

JJ TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA - ME  
JOSÉ ALMIR FERREIRA - PROCURADOR

Página 3

Página 4

III – DAS CONTRARRAZÕES

Não foram apresentadas contrarrazões pelas recorridas.

IV - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DOS RECURSOS

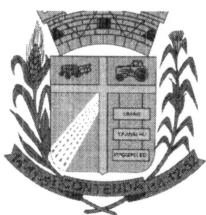
Inicialmente cabe mencionar que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório submete-se tanto a Administração Pública, bem como aos interessados na licitação, à observância dos termos e condições do edital, assim, a condução da sessão pública e julgamento final ocorreu em conformidade com disposto no Edital e em observância ao artigo 41, da lei 8666/93, *in verbis*:

*Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*

Desta forma, ponderando o princípio da vinculação do instrumento convocatório *versus* o princípio do formalismo moderado, aplicando-se a ponderação de que não ocorram violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a Comissão Permanente de Licitação passa a analisar os recursos apresentados.

**1. DO RECURSO MANEJADO POR ADRELOY CONSTRUTORA E SERVIÇOS-EIRELI-ME, CNPJ Nº 29.431.065/0001-73**

Do recurso apresentado pela empresa ADRELOY CONSTRUTORA E SERVIÇOS-EIRELI-ME, CNPJ Nº 29.431.065/0001-73 quanto o enquadramento como Empresa de Pequeno Porte da empresa vencedora da melhor proposta TRANSÓLIDO TRANSPORTES DE RESÍDUOS EIRELI – EPP.



# MUNICÍPIO DE CONTENDA

## ESTADO DO PARANÁ

Para tanto alega a recorrente que a empresa vencedora do melhor proposta superou o faturamento anual estabelecido pelo legislação federal no valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), tendo sido excluída do SIMPLES Federal conforme atesta o documento juntado:

02/10/2019      Simples Nacional

Consulta Optantes

Data da consulta: 02/10/2019

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: 01.240.760/0001-39

Opção pelo Simples Nacional em 01/01/2018: SIMELI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome (Empresário): TRANSOLIDO TRANSPORTES DE RESÍDUOS EIRELI

Situação Atual

Optante no Simples Nacional: NÃO optante pelo Simples Nacional

Optante no SIMEI: NÃO optante pelo SIMEI

Períodos Anteriores

Data Inicial	Data Final	Detalhamento
01/01/2018	30/11/2018	Excluído por Comunicação Obrigatória do Contribuinte

Optante pelo SIMEI em Período Anterior: Não Existem

Agendamentos (Simples Nacional)

Agendamentos no Simples Nacional: Não Existem

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Eventos Futuros no Simples Nacional: Não Existem

Eventos Futuros (SIMEI)

Eventos Futuros no SIMEI: Não Existem

Verifique aqui as informações sobre como optar pelo Simples Nacional.

Verifique aqui as informações sobre como optar pelo SIMEI.



Imprimir esta página em: [Simples Nacional](#) ou [SIMEI](#)

Informa que a proposta de preço apresentada pela recorrente de R\$ 505.248,00 (quinhentos e cinco mil e duzentos e quarenta e oito reais) não é superior a 10% do valor da proposta da empresa vencedora que se refere a R\$ 472.740,00 (quatrocentos e setenta e dois mil e setecentos e quarenta reais), o que enseja empate ficto estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006 (§ 1º do art. 44).

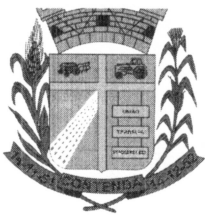
Por tais razões alega que não foi oportunizado o direito para a recorrente enquadrada como microempresa apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora.

Passamos a analisar.

O recurso apresentado pela empresa ADRELOY CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI – ME merece prosperar pelas seguintes razões.

Estabelece a Lei Complementar nº 123/2006 que será assegurado preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, quando as propostas apresentadas por tais empresas sejam iguais ou até 10% superiores à proposta mais bem classificada, considerando assim como critério de desempate:

- Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- § 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada. (...)
- Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado; (...)

De igual sentido, o edital da Concorrência nº 006/2019, estabelece em seu item 8.5:

8.5 Havendo Empresas de Pequeno Porte e Microempresas, serão observados os artigos 44, § 1º, e 45, da Lei Complementar 123/2006, devendo a empresa apresentar sua proposta inferior à da empresa vencedora na reunião de abertura do Envelope nº “02”, logo a seguir que a comissão tenha encontrado o menor preço, desde que não tenha sido este preço apresentado por outra ME ou EPP, bem como a proposta da vencedora no caso de média e grande empresa não seja superior a 10% a proposta original da ME ou EPP, na forma da lei retro citada.

Portanto, considerando que a empresa TRANSÓLIDO TRANSPORTES DE RESÍDUOS EIRELI – EPP, encontra-se excluída do enquadramento de empresa de pequeno porte/microempresa, o julgamento da sessão de proposta de preço deve ser revisto, visto que não oportunizado a apresentação de nova proposta conforme previsto no item 8.5 do edital e inciso I, do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

Para tanto, cabe a Administração rever seus atos, de modo à convocar a proponente mais bem classificada (ADRELOY CONSTRUTORA E SERVIÇOS – EIRELI – ME), para apresentação de nova proposta na forma estabelecida pelo edital e Lei Complementar.

2. RECURSO MANEJADO POR JJ TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA - ME, CNPJ 16.584.481/0001-60

Quanto ao recurso apresentado pela empresa JJ TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA - ME, CNPJ 16.584.481/0001-60 referente o valor ofertado pela empresa Transólido Transportes de Resíduos EIRELI- EPP ser inexecúvel, não merece prosperar, o qual passamos a explicar.

Vejamos o que o Instrumento Convocatório (edital) descreve nos itens 8.4.7, 8.4.8 e subitem 8.4.8.1 e 8.4.8.2 como valor inexecúvel:

8.4.7 venha a ser considerada inexecúvel pela Comissão de Licitação, após procedimento para apurar a viabilidade técnica e econômica do preço global proposto, quando for razoável concluir que a proponente não é capaz de executar o Contrato ao preço de sua oferta.

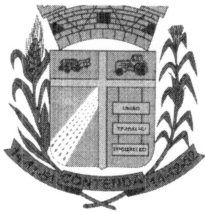
8.4.8 Consideram-se inexecúveis as propostas cujos preços globais analisados sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

8.4.8.1 média aritmética dos preços globais analisados, das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do preço orçado pela administração, ou

8.4.8.2 preço global orçado pela administração.

Passamos a analisar os valores ofertados pelas empresas habilitadas:

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	VALOR GLOBAL PROPOSTO
1º	TRANSÓLIDO TRANSPORTES DE RESÍDUOS EIRELI-EPP, CNPJ Nº 01.240.760/0001-39.	R\$ 472.740,00 (Quatrocentos e setenta e dois mil e setecentos e quarenta reais).
2º	ADRELOY CONSTRUTORA E SERVIÇOS-EIRELI-ME, CNPJ Nº 29.431.065/0001-73.	R\$ 505.248,00 (Quinhentos e cinco mil e duzentos e quarenta e oito reais).
3º	C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE EIRELI CNPJ Nº 10.745.254/0001-92.	R\$ 521.088,00 (Quinhentos e vinte e um mil e oitenta e oito reais).
4º	INOVA AMBIENTAL TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA, CNPJ Nº 07.030.825/0001-06.	R\$ 539.658,48 (Quinhentos e trinta e nove mil e seiscentos e cinquenta e



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	VALOR GLOBAL PROPOSTO
		oito reais e quarenta e oito centavos).
5º	KURICA AMBIENTAL S/A, CNPJ Nº 07.706.588/0002-23.	RS 586.800,00 (Quinhentos e oitenta e seis mil e oitocentos reais).
6º	TRANSRESÍDUOS AMBIENTAL S/A, CNPJ Nº 77.371.789/0001-11.	RS 594.693,84 (Quinhentos e noventa e quatro mil e seiscentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos).
7º	ZERO RESÍDUOS LTDA, CNPJ 13.157.214/0001-18.	RS 635.533,44 (Seiscentos e trinta e cinco mil e quinhentos e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos).

O § 1º do art. 48 da Lei nº 8.666/93 define um critério objetivo para identificar propostas cujos valores possam ser presumidamente considerados inexequíveis:

Art. 48. (...)  
(....)

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou
- b) valor orçado pela administração.

Ensina o professor Marçal JUSTEN FILHO o conteúdo das regras:

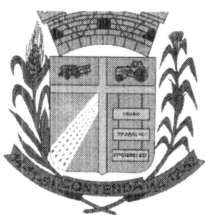
Para aplicar a regra, é necessário examinar o valor orçado pela Administração. Presume-se que propostas inferiores a 70% do preço orçado pela Administração são inexequíveis. Mas há outro limite, apurável a partir das próprias propostas dos licitantes. Tomam-se as propostas inferiores ao valor orçado pela Administração. Consideram-se apenas aquelas que sejam superiores a 50% do valor orçado e produz-se sua média aritmética. Serão desclassificadas as propostas que forem inferiores a 70% dessa média. (...)¹

Com base no item 8.4.8.1 do edital e também no artigo 48, § 1º alínea “a” da lei 8666/93, passamos a realizar a análise dos valores.

- **Valor orçado pela Administração:** R\$ 702.712,08 (Setecentos e dois mil e setecentos e doze reais e oito centavos);
- **50% do valor orçado:** R\$ 351.356,04 (Trezentos e cinquenta e um reais e trezentos e cinquenta e seis reais e quatro centavos);
- **média Aritmética dos preços globais analisados:** R\$ 550.823,11 (Quinhentos e cinquenta mil e oitocentos e vinte e três reais e onze centavos)
- **70% da média Aritmética:** R\$ 385.576,18 (Trezentos e oitenta e cinco mil e quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos)

Portanto, vislumbra-se que o valor das propostas no *quantum* de **R\$ 472.740,00** (Quatrocentos e setenta e dois mil e setecentos e quarenta reais) ofertado pela empresa Transólido Transportes de Resíduos EIRELI- EPP encontra-se exequível, atendendo o disposto pela edital e lei de licitações e contratos.

¹ Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos 11ª Edição, Dialética: São Paulo, 2010, Página 457.



# MUNICÍPIO DE CONTENDA

## ESTADO DO PARANÁ

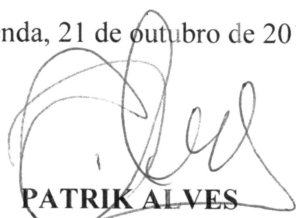
### V – DECISÃO

Diante dos fatos e das razões, a Comissão Permanente de Licitação conhece dos recursos interpostos, para no mérito:

- a) **DAR PROVIMENTO** ao recurso apresentado pela empresa ADRELOY CONSTRUTORA E SERVIÇOS – EIRELI – ME, visto a exclusão do enquadramento de Empresa de Pequeno Porte da empresa TRANSÓLIDO TRANSPORTES DE RESÍDUOS EIRELI- EPP, oportunizando a recorrente apresentação de nova proposta, na forma estabelecida pelo item 8.5 do edital e § 1º do artigo 44 e inciso I do artigo 45 da Lei Complementar 123/2006.
- b) **NÃO DAR PROVIMENTO** ao recurso apresentado pela empresa JJ TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA - ME, CNPJ 16.584.481/0001-60, visto que a melhor proposta apresentada no certame pela empresa TRANSÓLIDO TRANSPORTES DE RESÍDUOS EIRELI- EPP demonstrou-se exequível pelos critérios estabelecidos no edital e pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

A Comissão Permanente de Licitação remete este julgamento, bem como, todo o processo licitatório à autoridade do Excelentíssimo Senhor Prefeito para ratificação ou retificação da decisão, para após, **a proceder com a publicação e ao comunicado da decisão final a todos os participantes**, bem como, realizar a convocação para sessão pública para apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS, oportunizando os critérios estabelecidos pelo item 8.5 do edital para a empresa ADRELOY CONSTRUTORA E SERVIÇOS – EIRELI – ME.

Contenda, 21 de outubro de 2019.



**PATRIK ALVES**

Presidente da Comissão Permanente de Licitações



**HELENA GAWLAK**

Membro da Comissão Permanente de Licitações



**ODETE PAVLIK**

Membro da Comissão Permanente de Licitações